



**CARGO:**

**TÉCNICO FEDERAL DE  
CONTROLE EXTERNO**

**ÁREA:  
APOIO TÉCNICO  
E ADMINISTRATIVO**

**ESPECIALIDADE:  
TÉCNICA ADMINISTRATIVA**

**CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVAS**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos das provas discursivas. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e as provas discursivas, acompanhadas de espaços para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  

**A desconfiança é o farol que guia o prudente.**

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo das provas discursivas.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos das provas discursivas para o caderno de textos definitivos das provas discursivas.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos das provas discursivas e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8** Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.



**OBSERVAÇÕES**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br



- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## PROVA OBJETIVA P<sub>1</sub> – CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma série  
de recomendações à Superintendência de Seguros Privados  
(SUSEP) para aperfeiçoamento dos processos relativos à  
4 arrecadação e à aplicação das receitas próprias da entidade.

O tribunal observou que o desempenho das atribuições  
inerentes ao poder de polícia da SUSEP sobre o mercado de  
7 corretagem de seguros precisava ser melhorado, pois não  
cabiam a essa superintendência, mas à Federação Nacional dos  
Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de  
10 Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas  
Corretoras de Seguros e de Resseguros (FENACOR), o  
controle das informações e a arrecadação de taxas referentes  
13 aos serviços decorrentes do exercício do referido poder.

Além disso, o TCU constatou que o “mercado  
marginal”, formado por pessoas físicas ou jurídicas que  
16 realizam operações de seguro, cosseguro e resseguro sem a  
devida autorização, continuava a crescer, apesar da aplicação  
de pesadas multas.

Internet: <portal2.tcu.gov.br> (com adaptações).

Em relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 Seriam mantidos a correção gramatical do período e o seu sentido original se a conjunção “pois” (l.7) fosse substituída por qualquer uma das seguintes: **porque, visto que, uma vez que, conquanto**.
- 2 A substituição de “aos” (l.13) por **a** prejudica a correção gramatical do período.
- 3 O segmento “que realizam operações de seguro, cosseguro e resseguro sem a devida autorização” (l.15-17) tem natureza restritiva em relação ao termo antecedente “pessoas físicas ou jurídicas” (l.15).
- 4 O emprego de sinal indicativo de crase em “à aplicação” (l.4) justifica-se porque a palavra “relativos” (l.3) exige complemento regido pela preposição **a** e a palavra “aplicação” está antecedida por artigo definido feminino.

1 As discussões, no Brasil, sobre a criação de um  
tribunal de contas durariam quase um século, polarizadas entre  
os que defendiam sua necessidade — para quem as contas  
4 públicas deviam ser examinadas por um órgão independente —  
e os que a combatiam, por entenderem que as contas públicas  
podiam continuar sendo controladas por aqueles que as  
7 realizavam.

Somente a queda do Império e as reformas  
político-administrativas da jovem República tornaram  
10 realidade, finalmente, o Tribunal de Contas da União. Em 7 de  
novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da  
Fazenda, Rui Barbosa, criou-se, por meio do Decreto  
13 n.º 966-A, o Tribunal de Contas da União, que se nortearia  
pelos princípios da autonomia, da fiscalização, do julgamento,  
da vigilância e da energia.

16 A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda  
por influência de Rui Barbosa, institucionalizou  
definitivamente o Tribunal de Contas da União, inscrevendo-o  
19 em seu art. 89.

*Idem* (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

- 5 O segmento “a primeira republicana” (l.16) está entre vírgulas por ser um vocativo.
- 6 O emprego de vírgula após “União” (l.18) justifica-se porque a oração subsequente é reduzida de gerúndio.
- 7 Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “durariam” (l.2) por **duraram**.
- 8 No trecho “a combatiam” (l.5), o pronome “a” retoma a ideia antecedente de necessidade de criação de um tribunal de contas.
- 9 Mantém-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir “tornaram realidade” (l.9-10) por **permitiram que se tornasse realidade**.

Considerando que os trechos a seguir constituam segmentos, não necessariamente sequenciais, de um ofício, julgue-os quanto à correção gramatical, condição essencial aos documentos da comunicação oficial.

- 10 Conforme é do conhecimento de V. Sa., a primeira fiscalização avaliou o serviço de atendimento ao usuário de três órgãos públicos e resultou em acórdão proferido pelo TCU. A segunda fiscalização, julgada por outro acórdão, verificou a atuação desses mesmos órgãos no acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.
- 11 O TCU identificou que aspectos fundamentais relativos a qualidade da prestação de serviços para os usuários não são devidamente tratados por três órgãos públicos. Constatou-se também lacunas na regulamentação, fragilidades nos processos de fiscalização desenvolvidos pelos órgãos e falta de efetividade das sanções impostas às empresas prestadoras de serviços. Segundo a auditoria, também não há priorização de políticas efetivas para educação do usuário.
- 12 Esclarecemos, ainda, que o relatório aprovado pelo Acórdão 1.021/2012, no último dia 18, informam que determinados órgãos não concretizaram a maior parte do próprio plano de ações elaborado para cumprir as deliberações do Tribunal. Quase sete anos após a primeira decisão, apenas 47% das recomendações do TCU foram implementadas. Do acórdão posterior, somente 15% das recomendações foram implementadas e 27% das determinações efetivamente cumpridas.
- 13 O TCU fixou prazo para que um novo plano de trabalho para implementação das determinações seja elaborado e recomenda aos órgãos que aprimorem a coordenação entre as suas diversas áreas e considerem a possibilidade de sancionar com maior rigor as empresas prestadoras de serviços que não tratem adequadamente as reclamações encaminhadas à própria ouvidoria.
- 14 A presidência e o conselho diretor de cada órgão em apreço estão sendo alertados de que as determinações e recomendações ainda não cumpridas ou implementadas dependem fundamentalmente de suas atuações, sendo, portanto, de responsabilidade direta do respectivo corpo dirigente. O TCU continuará a acompanhar as medidas adotadas por esses órgãos para melhoria da prestação dos serviços públicos. Nova fiscalização deverá ser concluída no prazo de um ano.
- 15 Vimos informar que o Tribunal de Contas da União (TCU), em sua missão de avaliar o desempenho de vários órgãos públicos, constatou que alguns deles não estão cumprindo totalmente determinações e recomendações expedidas em duas fiscalizações referentes à qualidade dos serviços públicos por eles prestados.

Acerca das características próprias do TCU, julgue os itens a seguir.

- 16 As decisões finais do TCU podem constituir-se em atos administrativos complexos.
- 17 Em observância ao princípio constitucional da independência dos poderes, as contas referentes à gestão financeira e orçamentária dos Poderes Legislativo e Judiciário não são incluídas nas contas prestadas anualmente pelo presidente da República, sobre as quais cabe ao TCU emitir parecer prévio.
- 18 O TCU adota, como sistema de controle de contas, o modelo germânico.

A respeito da organização e do funcionamento do TCU, julgue os itens subsequentes.

- 19 O cargo de Procurador-Geral do TCU pode ser ocupado por procurador da República.
- 20 Na conjuntura vigente, um sistema centralizado para pagamento dos servidores aposentados do Poder Executivo não poderia incluir os servidores aposentados do TCU sem prévia autorização desse tribunal.
- 21 Se, em decorrência de declaração de impedimento para julgar determinado processo de contas, um auditor do TCU vier a substituir ministro desse tribunal, o auditor terá as mesmas garantias e impedimentos dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, mas não os mesmos vencimentos ou vantagens destes.

Considerando que, no exercício de sua missão institucional, o TCU realiza uma série de atividades de fiscalização nos órgãos sob sua jurisdição, julgue os itens que se seguem.

- 22 A fiscalização da renúncia de receitas não depende das prestações ou tomadas de contas nos órgãos responsáveis por esse ato e pode ocorrer no final do exercício, no momento do julgamento das contas dos órgãos.
- 23 Quando o dano ao erário provocado por determinada irregularidade na gestão de recursos públicos for inferior à quantia fixada anualmente pelo TCU, a tomada de contas poderá ser dispensada, a critério do TCU.
- 24 Uma vez reconhecida a incompetência do TCU em determinado processo de tomada de contas especial (TCE), pelo fato de o citado não estar sujeito à jurisdição do Tribunal, esse processo de TCE deverá ser extinto.
- 25 Se o TCU detectar irregularidade de que decorra dano ao erário e que não tenha sido objeto de tomada de contas especial (TCE) no curso do exercício financeiro vigente, a autoridade administrativa do órgão onde a irregularidade tiver ocorrido será considerada solidariamente responsável.

As decisões do TCU estão submetidas a um rito estabelecido em lei e em seu regimento interno. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

- 26 Considere que uma autoridade indicada como responsável em determinado processo de contas não more em Brasília e tenha nomeado procurador para agir em seu nome perante o TCU. Nessa situação, o procurador, mesmo no caso de não ser advogado, poderá praticar todos os atos processuais previstos em regulamento, incluindo o pedido de vista para retirar o referido processo das dependências do TCU.
- 27 Se, em determinado processo de contas, houver cinco pessoas indicadas como responsáveis, representadas por cinco procuradores diferentes, será dado, para cada procurador, o prazo de dez minutos para sustentação oral, desde que regularmente requerido.
- 28 Ao apresentar ao TCU denúncia de irregularidade cometida em órgão público federal, todo cidadão poderá obter certidão dos despachos e fatos apurados, porém somente quando o processo referente à denúncia estiver concluído ou arquivado.
- 29 Caso o TCU tome conhecimento de determinada irregularidade cometida em órgão público federal, o tribunal poderá determinar a instauração de TCE antes mesmo de decorrido o prazo de 180 dias do conhecimento dos fatos.
- 30 Se determinado gestor público tiver seu nome incluído no cadastro informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN) em decorrência da realização de TCE e, posteriormente, o TCU considerar iliquidáveis as contas desse gestor, o seu nome deverá ser excluído do CADIN.

A respeito dos princípios previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens seguintes.

- 31 A dignidade da pessoa humana é considerada um princípio absoluto na CF.
- 32 O princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade é um princípio constitucional não positivado.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os próximos itens.

- 33 Ao trabalhador doméstico são garantidos todos os direitos previstos no art. 7.º da CF.
- 34 A indenização por danos material, moral e à imagem abrange as pessoas físicas e jurídicas.
- 35 Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pode determinar a interceptação telefônica de uma pessoa, desde que esta esteja sendo investigada pela Comissão.

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 36 É vedada, em qualquer hipótese, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- 37 Para que um projeto de lei relativo ao orçamento anual seja aprovado, é suficiente que seja apreciado pela Câmara dos Deputados.
- 38 É cabível que lei complementar estabeleça normas referentes às condições para a instituição e funcionamento de fundos.

A respeito do papel constitucional do TCU, julgue os itens subsequentes.

- 39 As empresas públicas federais não estão sujeitas à fiscalização do TCU, pois são pessoas jurídicas de direito privado.
- 40 O TCU, se não for atendido em suas solicitações, poderá sustar a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Julgue os itens a seguir, com relação ao sistema operacional Windows e ao ambiente Microsoft Office.

- 41 O aplicativo Microsoft Word 2010 conta com o recurso de autorrecuperação de arquivos que garante a geração automática de cópias de segurança (*backup*) do documento em edição.
- 42 No aplicativo Microsoft Excel 2010, as células de uma planilha podem conter resultados de cálculos realizados por meio de fórmulas ou com o uso de instruções elaboradas por meio de programação.
- 43 No Windows 7, o recurso Central de Ações realiza a verificação de itens de segurança e manutenção do computador e emite notificações para o usuário, as quais ocorrem quando o *status* de um item monitorado é alterado.

Acerca de conceitos de informática e de tecnologias relacionadas à Internet, julgue os itens subsequentes.

- 44 Por meio de certificados digitais, é possível assinar digitalmente documentos a fim de garantir o sigilo das informações contidas em tais documentos.
- 45 A unidade aritmética e lógica (UAL) é o componente do processador que executa as operações matemáticas a partir de determinados dados. Todavia, para que um dado possa ser transferido para a UAL, é necessário que ele, inicialmente, permaneça armazenado em um registrador.

Dois séculos após o início da Revolução Industrial, o carvão ainda hoje é a principal fonte geradora de energia elétrica do mundo. Países como Estados Unidos da América, Japão, China, Índia, África do Sul e Rússia são tão dependentes do carvão, no século XXI, quanto era a Inglaterra, no século XIX. No Brasil, o carvão responde por 1,5% da matriz energética; no mundo, ele representa 41%. Preço baixo, oferta abundante e estoques longevos transformaram o carvão em uma fonte de energia atraente do ponto de vista econômico, mesmo respondendo por 30% a 35% das emissões globais de gás carbônico.

O Globo, caderno Amanhã, 31/7/2012, p. 22 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele suscitado, julgue os itens seguintes.

- 46 O carvão é um importante agente da intensificação do efeito estufa, do qual decorre o fenômeno da alteração climática em escala planetária, o denominado aquecimento global.
- 47 A matriz energética dos países integrantes do BRICS está firmemente ancorada no carvão, com exceção da matriz brasileira, em cuja composição o percentual desse elemento é, relativamente, pequeno.
- 48 A preocupação ambiental, praticamente inexistente no passado e ao longo das primeiras fases da Revolução Industrial, ganha espaço no mundo contemporâneo. O desafio da atualidade é produzir sem poluir, preceito seguido, em consenso, pelos países ricos, emergentes e pobres.

Desemprego americano sobe, apesar de mais vagas criadas. O avanço do índice de desemprego é má notícia para o presidente Barack Obama, que tenta se reeleger. Pesquisa recente mostra que criar empregos é uma grande prioridade para 92% dos eleitores. Segundo outro levantamento, o republicano Mitt Romney é mais apto a fazê-lo, para 50% do eleitorado (44% citam Obama).

Folha de S.Paulo, 4/8/2012, p. A16 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele suscitado, julgue os itens que se seguem.

- 49 Apenas dois partidos, o Republicano e o Liberal, atuam na cena política norte-americana; nas eleições de 2012, os liberais apostam na recondução de Barack Obama ao Capitólio.
- 50 Obama notabilizou-se por ser o primeiro negro a chegar à presidência dos Estados Unidos da América, feito particularmente significativo, haja vista a forte marca da escravidão africana na história do país e da discriminação racial, que custou a ser legalmente abolida.

## PROVA OBJETIVA P<sub>2</sub> – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

- 51 Não se admite a criação de fundações públicas para a exploração de atividade econômica.
- 52 Autarquias federais podem ser extintas mediante decreto do presidente da República.
- 53 Uma sociedade de economia mista somente poderá ser constituída sob a forma de sociedade anônima.

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens a seguir.

- 54 Cidadãos ou associações têm legitimidade para interpor recurso administrativo para a defesa de direitos ou interesses difusos.
- 55 O indeferimento da alegação de suspeição pode ser objeto de recurso, cujos efeitos serão devolutivo e suspensivo.
- 56 O interessado pode renunciar ao processo administrativo ou dele desistir. Nesses casos, a administração poderá dar prosseguimento ao feito caso considere que o interesse público assim o exige.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 57 Os atos praticados por servidor irregularmente investido na função — situação que caracteriza a função de fato — são considerados inexistentes.
- 58 A celebração de um contrato de abertura de conta corrente entre um banco público e um particular pessoa física é exemplo de ato administrativo.

Julgue os itens seguintes, acerca de licitação.

- 59 Poderá o cidadão, mesmo não sendo licitante, impugnar edital de licitação pública que não esteja em conformidade com a lei.
- 60 Dado que o instrumento convocatório da licitação não é imutável, pode haver modificações no edital, entretanto, de acordo com a referida lei, duas condições nunca podem ser alteradas: a de que a divulgação ocorra pela mesma forma que se deu o texto original, e a de que o prazo inicialmente estabelecido seja reaberto.
- 61 Por representarem exceção ao princípio da licitação consagrado no texto constitucional, as hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993 configuram um elenco taxativo, e não meramente exemplificativo.
- 62 No processamento e julgamento de uma licitação, os envelopes com a documentação para habilitação e os que contêm as propostas dos licitantes devem obrigatoriamente ser abertos em sessão pública, da qual se lavrará uma ata em que sejam narrados os eventos, que deverá ser assinada pelos licitantes presentes e pela comissão competente.

Julgue os itens a seguir, a respeito dos contratos administrativos.

- 63 Aplica-se ao contrato administrativo a teoria das nulidades, segundo sua configuração tradicional do direito privado. Assim, a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele deveria produzir e desconstituindo os já produzidos, o que isenta inteiramente a administração pública do dever de indenizar o contratado.
- 64 A regra segundo a qual o prazo de vigência do contrato administrativo não pode ultrapassar os limites de vigência dos créditos orçamentários correspondentes comporta exceções, como a que envolve os projetos de longo prazo previstos no plano plurianual, caso seja do interesse da administração pública e desde que a prorrogação tenha sido prevista no ato convocatório.

Com relação à responsabilidade dos servidores públicos e às normas constitucionais que os orientam, julgue os próximos itens.

- 65 Se um servidor tiver sido absolvido, na esfera criminal, pela prática de dano patrimonial à administração pública, essa decisão não influirá na esfera civil se ficar comprovada a existência do dano e for constatada a imprudência, imperícia ou negligência do servidor, do que se deduz que a instância criminal não obriga a instância civil.
- 66 Apesar de, em decisão liminar, o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido a existência de vícios na emenda constitucional que alterou o art. 39 da CF, e de ter restabelecido o regime jurídico único, foram mantidas as contratações de agentes pelo regime trabalhista, por parte da administração pública direta, autárquica e fundacional, no período compreendido entre a promulgação desta emenda constitucional e aquela decisão da Corte.

A respeito das disposições da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue os itens seguintes.

- 67 As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação de todos os recursos que movimentam, uma vez que estão sujeitas às disposições da referida lei.
- 68 Os órgãos e entidades públicas têm o dever de promover a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, independentemente de requerimentos.

Julgue os itens a seguir a respeito do processo administrativo disciplinar e do regime de previdência complementar dos servidores públicos.

- 69 O regime de previdência complementar a ser instituído pela União, estados, Distrito Federal e municípios aplica-se aos servidores ativos que são titulares de cargos efetivos na administração direta, autarquias e fundações, não alcançando os inativos e pensionistas.
- 70 A sindicância prevista na Lei n.º 8.112/1990, da qual pode resultar tão somente a aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias, constitui procedimento preliminar e inquisitório que dispensa a observância do princípio da ampla defesa e do contraditório.

---

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

- 71 A transparência, um dos postulados da LRF, assegura o acesso às informações acerca da execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 72 O reajustamento do valor de benefício da seguridade social, a fim de preservar o seu valor real, deve apresentar a origem dos recursos para o seu custeio e os seus efeitos financeiros nos períodos seguintes, que devem ser compensados pelo aumento permanente de receita e pela redução permanente de despesa da previdência.
- 73 O equilíbrio das contas públicas, preconizado na LRF, implica a obtenção de superávit primário nas contas governamentais, sendo, no entanto, vedada a contratação, por parte de estados, do Distrito Federal e de municípios, de operações de crédito para esse superávit, devido aos riscos envolvidos.
- 74 A apuração de gastos com pessoal será feita com base em um período de 12 meses. Assim, as demonstrações de limites com despesas de pessoal do primeiro e do segundo quadrimestres somarão despesas com pessoal relativas a dois exercícios financeiros.
- 75 O TCU, atuando na fiscalização da gestão fiscal, deve acompanhar o cumprimento da proibição, imposta ao Tesouro Nacional, de adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil.

O suprimento de fundos refere-se aos adiantamentos para despesas de pequeno vulto no âmbito da administração pública. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- 76 O cartão de pagamento do governo federal, instrumento de pagamento emitido em nome da unidade gestora, poderá ser utilizado na aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos.
- 77 O servidor responsável por três suprimentos de fundos é obrigado a prestar contas de suas aplicações, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das penalidades administrativas.
- 78 Para garantir agilidade da gestão pública, o ordenador de despesas providenciará abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos.

---

Considerando a Lei n.º 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da Federação, julgue os itens consecutivos.

- 79 As propostas parciais de orçamento das unidades administrativas devem ser acompanhadas de tabelas explicativas da despesa, com a devida justificativa de cada dotação solicitada, incluindo a indicação dos atos de aprovação de projetos e orçamento de obras públicas.
- 80 Os fundos especiais da União terão normas particulares de controle, pois suas receitas são vinculadas a determinados objetivos e serviços, mas não serão submetidos à tomada de contas pelo TCU.
- 81 O controle interno realizado pelo Poder Executivo será feito sem prejuízo das atribuições do TCU, devendo o Poder Legislativo, na realização do controle externo da execução orçamentária, verificar a probidade da administração e o cumprimento da lei orçamentária.
- 82 As receitas orçamentárias na esfera econômica serão classificadas em receitas correntes e receitas de capital. Receitas correntes são aquelas provenientes de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, ao passo que as de capital originam-se dos tributos arrecadados pelo Estado.
- 83 Na Lei de Orçamento, são estabelecidas dotações globais destinadas a atender, indiferentemente, a despesa de pessoal e de investimentos, conforme programas especiais de trabalho.

Julgue os itens a seguir, a respeito do SIAFI e de seu subsistema de contas a pagar e a receber (CPR).

- 84 O SIAFI, como principal instrumento utilizado pelo governo federal para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, permite que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da administração pública federal.
- 85 No CPR, documento hábil é a nota fiscal emitida pelo fornecedor cadastrado no SIAFI, enquanto documento de origem é aquele que gera a nota de empenho orçamentário.
- 86 A nota de empenho, um dos principais documentos orçamentários do SIAFI, registra o comprometimento de despesa da administração pública. Nela, discriminam-se o nome do credor, a especificação e o valor da despesa.

A respeito da Guia de Recolhimento da União (GRU), julgue os próximos itens.

- 87 A restituição dos valores arrecadados, por anulação de receita ou baixa de depósitos, será precedida do reconhecimento do direito creditório por parte do órgão arrecadador, mediante formalização por meio de requerimento do contribuinte, anexados os documentos comprobatórios.
- 88 A GRU é o documento exclusivo para o recolhimento de receita pública à conta única do Tesouro Nacional, sendo proibida a arrecadação em documento distinto.
- 89 O Banco Central do Brasil é o agente financeiro que centraliza a arrecadação da GRU; o órgão arrecadador é a unidade do governo federal que detém a responsabilidade administrativa sobre os valores arrecadados.

Acerca das despesas públicas, julgue os itens de 90 a 95.

- 90 Simultaneamente a uma despesa pública empenhada, será registrado um passivo financeiro. Com isso, a receita que permaneceu no caixa na abertura do exercício seguinte estará comprometida com o empenho que foi inscrito em restos a pagar.
- 91 O pagamento, terceiro estágio da despesa pública, consiste na averiguação do direito adquirido pelo credor com base em títulos e em outros documentos que comprovem o respectivo crédito, resultando na extinção da obrigação do Estado com o fornecedor.
- 92 O empenho é o primeiro estágio da despesa pública e dá origem ao processo de restos a pagar, pois cria para o Estado a obrigação do desembolso financeiro.

93 Os restos a pagar correspondem às despesas de exercícios anteriores fixadas no orçamento vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios financeiros anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

94 O empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado; já o empenho estimativo aplica-se às despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

95 É vedado ao presidente da República contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente nos últimos dois quadrimestres do seu mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja disponibilidade de caixa para tanto.

Julgue os itens subsequentes, referentes ao rol de responsáveis e aos procedimentos relativos ao registro de conformidade contábil e de gestão.

96 O relatório de gestão para a constituição de processos de contas dos administradores, composto, entre outros documentos, por demonstrativos de natureza contábil, financeira e orçamentária, é organizado de modo que o TCU verifique o desempenho e a conformidade da gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro.

97 Justifica-se o registro com restrição da conformidade contábil quando houver inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis do órgão.

98 Os documentos que comprovam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da administração pública ficarão na respectiva unidade, à disposição dos órgãos de controle, pelo prazo de cinco anos a contar do julgamento das contas pelo TCU. Nesse caso, fica dispensada a observância dos prazos previstos na legislação tributária.

Julgue os próximos itens, a respeito da retenção e do recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços.

99 Os órgãos da administração pública federal direta são obrigados a efetuar as retenções na fonte do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o financiamento da seguridade social e da contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral.

100 O pagamento efetuado por entidade da administração pública federal ao setor privado, por meio de cartão de pagamento do governo federal, pela prestação de serviços, será feito pelo valor líquido após a retenção do imposto e das contribuições devidas.



## PROVAS DISCURSIVAS $P_3$ e $P_4$

- Em cada uma dessas provas, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS  $P_3$  e  $P_4$** , nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite os limites máximos de **dez** linhas para cada questão e de **trinta** linhas para a peça de natureza técnica, pois quaisquer fragmentos de texto além desses limites serão desconsiderados. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo** correspondente.
- No caderno de textos definitivos, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página. A detecção de assinatura ou marca identificadora em espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da respectiva prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo de cada questão serão atribuídos até **dez pontos**, dos quais até **um ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).
- Ao domínio do conteúdo da peça de natureza técnica serão atribuídos até **vinte pontos**, dos quais até **dois pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

### PROVA DISCURSIVA $P_3$ – QUESTÃO 1

Convém observar que o legislador especificou quem efetivamente seriam os sujeitos ativos e os sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa. A legislação nos trouxe o que a doutrina especializada passou a chamar de agentes públicos equiparados, ou seja, todos aqueles que houverem praticado atos de improbidade contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nesses casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. A diferença, portanto, que reside entre essas duas espécies de sujeitos ativos, diz respeito, fundamentalmente, à extensão da sanção patrimonial a eles submetidos.

C. H. Rodrigues da Silva. A responsabilização dos dirigentes de partidos políticos por atos de improbidade e a lacuna legal quanto à prescrição. In: Revista do Tribunal de Contas da União, Brasil, ano 41, n.º 116, set/dez/2009 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto respondendo à seguinte pergunta.

### Qual o papel do TCU na responsabilização de dirigentes de partidos políticos?

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a natureza jurídica dos partidos políticos; [valor: 4,50 pontos]
- ▶ sanções que podem ser aplicadas. [valor: 4,50 pontos]

### RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub> – QUESTÃO 2

Tendo em vista que a inexecução sem culpa dos contratos administrativos pressupõe a existência de uma causa justificadora de seu inadimplemento, e que, nesse caso, a não responsabilização do inadimplente se fundamenta na teoria da imprevisão, discorra sobre essa teoria, respondendo, em seu texto, necessariamente, às seguintes perguntas.

- ▶ Qual o conceito da teoria da imprevisão? [valor: 3,00 pontos]
- ▶ Quais são as hipóteses em que a teoria da imprevisão se aplica? [valor: 3,00 pontos]
- ▶ Quais são as consequências da aplicação da teoria da imprevisão no contrato administrativo? [valor: 3,00 pontos]

## RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

**PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub> – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA**

Considere que, no relatório de gestão fiscal do primeiro quadrimestre de 2012 do Poder Executivo federal, o valor total das despesas com pessoal tenha alcançado 39% da receita corrente líquida, conforme definições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Redija, na qualidade de técnico federal de controle externo do TCU, um relatório técnico acerca da situação hipotética apresentada acima. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ papel do TCU diante dessa situação; **[valor: 4,00 pontos]**
- ▶ consequências para o Poder Executivo federal decorrentes do estabelecido na LRF; **[valor: 8,00 pontos]**
- ▶ providências a serem tomadas pelo governo federal a respeito dessa situação nos próximos quadrimestres. **[valor: 6,00 pontos]**

**RASCUNHO – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos